

JUVENTUDES NO BRASIL DITATORIAL (1964-1985): ASPECTOS DE SITUAÇÃO E CONDIÇÃO

ANTERO MAXIMILIANO DIAS DOS REIS*

Resumo: O presente artigo propõe apresentar uma pesquisa que se encontra em fase inicial, cujo objetivo central é de analisar aspectos relativos à situação e condição das juventudes no Brasil ditatorial (1964-1985). Ao analisarmos os dados dos Censos populacionais de 1960, 1970 e 1980, pretendemos iniciar uma reflexão acerca da situação que, levando em consideração categorias tais como classe, gênero e etnia, pessoas do grupo de idade tomado, de 15 a 24 anos, viveram esta condição juvenil. É fundamental ressaltar que dentre os múltiplos discursos institucionais deste período, a imagem do Brasil como um país jovem ou de jovens caracteriza-se com certa centralidade, traduzida nas perspectivas de futuro. A proposta deste estudo prevê ainda, enquanto projeto, um segundo momento, com o qual se buscará a realização de entrevistas semi-estruturadas com quem vivenciou este período da história recente do país na condição de jovens, com a finalidade de mapearmos os processos considerados constitutivos de suas experiências. Este artigo está subdividido em três partes. Na primeira, apresentamos uma rápida contextualização do período ditatorial brasileiro. Logo em seguida tratamos do problema do conceito de juventude. Por fim, buscamos apresentar uma discussão preliminar a cerca das fontes censitárias.

Palavras-chave: juventudes; Brasil ditatorial, fontes censitárias.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2002: 157-175), o período de ditadura militar no Brasil pode ser dividido em três fases distintas. A primeira vai de 1964 a 1968, correspondendo ao governo do general Castelo Branco e ao primeiro ano do general Costa e Silva. Período este demarcado por dois momentos que culminaram com o decreto de Atos Institucionais (AI). O primeiro, referente ao AI-2, de outubro de 1965, além de abolir a eleição direta para presidente da República e dissolver os partidos políticos estabelecendo um sistema bipartidário, concedeu autoridade ao presidente para dissolver o parlamento e decretar estado de sítio. O segundo momento caracteriza-se por um aprofundamento da crise econômica, concretizada nas altas taxas inflacionárias que, por conseguinte, retiravam o poder de compra do salário mínimo. Alguns setores sociais saíram às ruas protestando contra esta política econômica. Neste quadro de reivindicações o autoritarismo torna-se extremamente vil, os militares decretam, então,

* Professor colaborador na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – Mestre em História pela mesma instituição.

o AI-5, em 1968, responsável pelo fechamento do congresso nacional e quebra dos direitos políticos e civis de muitas pessoas.

A segunda fase de 1968 a 1974, do ponto de vista da perda dos direitos civis e políticos, corresponde ao núcleo de chumbo deste período. Houve durante este governo comandado pelo general Garrastazu Médici a confluência da repressão mais violenta já vista no país com índices significativos de recuperação e crescimento econômico. Mas, o salário mínimo, em contraste a tal crescimento, continuou a decair. As medidas repressivas alcançaram seu ponto culminante, a nova lei de segurança nacional inclui a pena de morte por fuzilamento e no início de 1970, introduziu-se a censura prévia aos meios de comunicação.

A terceira fase vai de 1974 a 1985, sob primeiramente o comando do general Ernesto Geisel e a partir de 1979 do general João Batista Figueiredo. É neste âmbito que se dá a chamada abertura lenta e gradual, de volta à democracia, e em 1978, o congresso reaberto revogava o AI-5, findando a censura prévia e permitindo a volta dos primeiros exilados políticos. No cenário econômico, com a crise do petróleo em 1973, os índices de crescimento se reduziam, e chegaram a ser negativos no início dos anos de 1980. A triplicação do preço do petróleo promovida pela OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – atingiu com muita força o Brasil, tendo em vista que 80% do produto consumido no país provinha das importações. O tempo do “milagre” chegara ao seu fim.

Ao falar sobre os parâmetros da desigualdade social no Brasil, Romão (Apud, FRAGOSO; FLORENTINO, 2001: 17) apresenta dados contundentes: entre os anos de 1960 e de 1988, a porcentagem de indivíduos abaixo da linha da pobreza girou em torno de 40% da população. O período de ditadura militar entra para história do país como um dos que mais concentrou renda, tendo em vista que mesmo sob as taxas de oscilação de crescimento, como é o caso do dito “milagre econômico” em parte da década de 1970, pouca diferença demonstrou-se perceptível. A miséria praticamente permaneceu invariável. Mas, o mesmo não ocorreu com os 10% mais ricos, estes que concentravam 35% da riqueza nacional em 1960, passaram a ter em suas mãos 42% em 1970. Esta cifra de concentração da riqueza entre os mais ricos, de acordo com Barros (Apud, FRAGOSO; FLORENTINO, 2001: 18), sobe em 1990 para 49%.

O aumento da desigualdade não era evidente na época. A rápida expansão da economia veio acompanhada de grandes transformações na demografia e na composição da oferta de emprego. Houve grande deslocamento de população do campo para as cidades. Em 1960 a população urbana era de 44,7% do total, o país ainda era majoritariamente rural. Em 1980 em apenas 20 anos, ela havia saltado para 67,6%. Em números absolutos, a população urbana aumentara em cerca de 50 milhões de pessoas. (...) Na época, a urbanização significava para muita gente um progresso, na medida em que as condições de vida nas cidades permitiam maior acesso aos confortos da tecnologia, sobretudo à televisão e outros eletrodomésticos (CARVALHO, 2002: 169).

Nesta composição caracterizada pela concentração da renda durante o período ditatorial brasileiro é de fundamental importância refletir acerca dos contingentes que compõem as juventudes que foram constituídas e constitutivas neste período. Estas, ora fora tratada pela literatura sob a restrição da escolarização e do status de classe média, condensando seu significado aos movimentos estudantis, de contracultura ou partidários, e, ora na situação de risco, problema de extrema gravidade, que se refere à defesa dos direitos destes seguimentos, mas que, muitas vezes, tornou indistintas infância e adolescência, a proposta para o desenvolvimento deste estudo, é de outra interpretação possível, analisando os dados que devem ser considerados da vivência juvenil: relação de dependência/independência da família de origem, situação matrimonial, condição de maternidade/paternidade e atividades nas quais suas vidas estariam centradas naquele momento, tais como trabalho e escola. Dessa forma, torna-se necessário um entendimento mais acurado do significado de juventude.

1. Limites entre idades: modernidade e Juventudes

Nos últimos tempos inúmeros são os estudos acadêmicos no Brasil, que procuram discutir acerca da juventude, a grande maioria destes, quando falamos em ciências humanas, desenvolve-se nos campos da Sociologia, Psicologia, Antropologia e Educação¹, poucos são os estudos no campo da História. A preocupação relativa ao desenvolvimento desta temática dentro da historiografia brasileira tem sido cada vez mais recorrente devido a um desdobramento dos estudos sobre a infância². Algumas

¹ Ver, por exemplo: ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.; SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação educativa, 2003.; KEHL, Rita Maria. *A juventude como sintoma da cultura*. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.) *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.; ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

² De acordo Machado (2004), no catálogo da ANPUH de 1995, contendo a produção histórica do Brasil relativa às dissertações de mestrado e doutorado defendidas entre 1985 e 1994 junto aos 19 Programas de Pós-Graduação em História, encontramos apenas dois trabalhos sobre a juventude. Esta realidade

pesquisas sobre jovens têm despontado como uma importante problemática historiográfica, tendo em vista perspectivas apontadas pela chamada Nova História, que possibilitou a introdução de “novos objetos”, “novos problema e “novas abordagens”, nos domínios da disciplina.

Uma marcante transformação cultural, imprescindível para o aparecimento de uma história dos jovens e/ou da juventude, reside na aceleração do processo de individualização no Ocidente, bem como as complexas e variadas repercussões disso nas ciências humanas. Novos atores e papéis sociais surgem, assim como preferências, sensibilidades e modelos éticos se transformam; novas práticas e representações culturais vêm à tona, acompanhadas por situações, problemas e fenômenos econômicos que podem aparecer em razão destas novas realidades. A análise de vida em sociedade sob diversas perspectivas, com temporalidades e recortes cronológicos distintos, além da variedade de temas e de problemas, é o efeito mais visível para a história (SANTANA, 2009: 11).

Peter Burke (2002: 12-13) sugere que, há uma inegável vizinhança intelectual entre historiadores e cientistas sociais, no sentido de que ambos estão interessados na sociedade vista como um todo e no comportamento humano em geral. As disciplinas podem ultrapassar suas fronteiras e prestar interessantes auxílios de complementaridade no sentido de refletir sobre o significado atribuído a um determinado conceito, neste caso o de juventude. Contudo, o historiador não deve perder de vista a demarcação da historicidade do objeto, entendendo-o ao mesmo tempo como objeto de estudo das ciências humanas e construção intelectual e cultural, produzida nos campos de saber das ciências sociais e em razão de uma ação interventora destes saberes, na sua aplicação institucional na sociedade.

Há uma grande dificuldade em definir um conceito para o termo juventude, devido à diversidade de sentidos apontados pela literatura. Isto, por si só, já se constitui como um problema para o pesquisador. Pais (1990: 140), apresenta duas grandes vertentes de discussão. Uma considera a juventude como um grupo social homogêneo, referindo-se a indivíduos pertencentes a uma dada “fase da vida”, prevalecendo aspectos que fariam parte de uma “cultura juvenil” específica, portanto, de uma geração definida

começa a mudar a partir do XXII Simpósio Nacional de História em 2003, quando às discussões sobre infância e juventude são levadas a cabo conjuntamente, mas, as perspectivas de interlocução entre as categorias são ampliadas e atualizadas a partir do XXIV Simpósio, em 2007, sob a coordenação das professoras Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura e Silvia Fávero Arend. Em 2009, as coordenadoras buscam abranger ainda mais as possibilidades de intervenção do Simpósio tendo em vista a centralidade que infância, adolescência e juventude apresentam no Brasil e no mundo. Assim, o Simpósio proposto passa a se chamar: Infância, Adolescência e Juventude no Brasil: História e Historiografia.

em termos etários. A outra é de caráter mais difuso, na qual a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, reconhecendo múltiplas “culturas juvenis”, referentes a diferentes situações socioeconômicas, oportunidades, diferentes interesses, etc. Nesta linha a idade não é o fator predominante, tornando-se contraditório subsumir, sob o mesmo conceito, universos sócio-históricos tão distintos. Nesta lógica, vem tornando-se oportuno o emprego do termo no plural: juventudes, buscando apontar à enorme gama de possibilidades que a categoria pode apresentar. O autor infere ainda, que embora as visões impliquem em paradoxos e diferentes estratégias de abordagens, ambas não se anulam.

O sociólogo Pierre Bourdieu (1983: 112-113) ressalta, que a fronteira entre a juventude e a velhice sempre foi um objeto de disputa de poder em diversas sociedades, destacando que os limites entre as idades são construções socioculturais arbitrárias, sendo difícil identificar onde começa uma e termina outra. Segundo o autor, as classificações por idade (mas também por gênero, por classe ou por etnia) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem na qual cada sujeito deve manter-se em um lugar social previamente definido. A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; o fato de falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído dotado de interesses comuns e de relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente, já constitui uma manipulação evidente.

Groppo (2000: 13-14) ao trabalhar a juventude como uma categoria social, afirma que as faixas etárias, reconhecidas nas sociedades modernas, sofreram várias alterações no decorrer dos dois últimos séculos. Estas definições giraram em torno de termos como infância, adolescência, juventude, jovem-adulto, adulto, maturidade, idoso, velho, terceira idade e outros, construídas a partir de três momentos básicos da vida: nascimento, fase de transição e maturidade. Muitas subdivisões foram criadas, recriadas e suprimidas de acordo com as mudanças sociais, culturais, pelo reconhecimento legal e na prática cotidiana. Neste contexto, o autor situa as abordagens que consideram a juventude como uma fase transitória ou de passagem para a maturidade, e, três termos aparecem com maior contundência. São eles: a concepção de puberdade, provinda das ciências médicas, referente às transformações sofridas pelo corpo, que transpõe o estado de crianças para o amadurecimento; a de adolescência, criada na psicanálise e na pedagogia, relativa às mudanças de personalidade que se

refletem no pensamento e no comportamento do indivíduo; e a de juventude, concepção recorrente na sociologia, referente ao período de interstício entre as funções sociais da infância e as do adulto.

Para Abramo (2008: 41), os conteúdos de duração, de significação social dos atributos das fases da vida são culturais e históricos. Porém, a juventude nem sempre apareceu como uma etapa de vida singularmente demarcada. De acordo com Ariès (1981: 47), é só no início do século XX que esta idade da vida surge como depositária de novos valores, tornando-se um fenômeno geral³. Após a guerra de 1914, a consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes. Este sentimento podia ser encontrado em todos os países beligerantes: os jovens da frente de batalha opuseram-se em massa às velhas gerações de retaguarda. Ariès sugere que a partir daí passamos de uma época sem adolescência para uma época, na qual esta se tornaria a idade favorita, empurrando a infância para trás e a maturidade para frente. É assim, no decorrer do século XX, que parte da literatura desenvolve o conceito de juventude.

Como um tempo a mais de preparação (uma segunda socialização para a complexidade das tarefas de produção e a sofisticação das relações sociais que a sociedade industrial trouxe. Preparação feita em instituições especializadas (a escola), implicando a suspensão do mundo produtivo (e de permissão de reprodução e participação); estas duas situações (ficar livre do trabalho dedicando-se aos estudos numa instituição escolar) se tornaram os elementos centrais de tal condição juvenil (ABRAMO, 2008:41).

No Brasil, no início do século XX, de acordo com Maria Rita Kehl (2004: 89), os modelos dominantes eram aqueles que vinculavam-se a adulez, principalmente nas classes mais abastadas economicamente, sendo esta o estágio de fase da vida mais prestigiado. Assim, “um homem de 25 anos já portava bigode, roupa escura e guarda-chuva, necessários para identificá-los entre os homens de 50, e não entre os rapazes de 18 anos”, o que demonstrava um desprestígio em relação aos mais jovens.

Rago (1985) destaca que, neste mesmo período, uma mão-de-obra considerada economicamente ativa compreendeu disputas geracionais e de gênero. A situação

³ Na coletânea intitulada História dos Jovens (LEVI; SCHIMITTI, 1996), os autores argumentam que não foi propriamente a juventude como uma noção socialmente conhecida que “nasceu” na modernidade, mas uma determinada noção de juventude resultante da experiência juvenil burguesa.

imposta a jovens e mulheres nos setores de produção e de serviços deve ser observada diante da precariedade das condições de trabalho, da baixa qualificação e principalmente de uma remuneração que não cobria as necessidades básicas de subsistência. Em muitos casos, em especial no setor industrial, o trabalho do homem adulto fora substituído pelo da mulher e/ou do menor, por ser uma alternativa de maior extração de mais-valia. A baixa remuneração dava-se em grande medida, sob a perspectiva de negligenciar as necessidades materiais tanto da mulher, quanto dos menores pobres.

De acordo Moura (1999: 85), na cidade de São Paulo do limiar do século XX, diante de uma industrialização ainda incipiente, é certo que as condições de trabalho pautadas em longas jornadas, bem como na insalubridade das fábricas e oficinas e na periculosidade das máquinas e funções, frequentemente vitimavam a mão-de-obra dos menores de idade. Tal questão, no entanto, reforçava a noção que associava fraqueza, fragilidade, temeridade e imprudência à infância e à adolescência dos trabalhadores pobres. A autora afirma que as atitudes e características inerentes à infância e à adolescência eram desconsideradas no ambiente de trabalho. Sobrepunha-se a contratação de crianças e jovens menores de idade o estigma dos prejuízos que estes incidiam sobre o sistema produtivo. É, por exemplo, o caso específico dos acidentes de trabalho, em larga medida justificados quando a mão-de-obra era menor, pelo prisma da imprudência, do descuido, das brincadeiras de crianças e adolescentes, e não pelo prisma das circunstâncias adversas que esses trabalhadores enfrentavam nas fábricas e oficinas, tais como, fadiga excessiva, falta de treinamento adequado e, conseqüentemente, de experiência para lidar com as máquinas.

Na tentativa de equilibrar o parco orçamento familiar muitos menores de idade submetiam-se a labores insalubres e em alguns casos eram vitimados frente às condições precárias em que labutavam. As reivindicações pela proibição do trabalho da criança e por condições favoráveis aos jovens aprendizes foram palco de amplo debate no decorrer do século XX. Moura (2000: 112) enfatiza que, pouco antes das greves de 1917, o Comitê Libertário de São Paulo, de tendência anarquista, organizou o Comitê Popular de Agitação contra a Exploração dos Menores nas Fábricas. Salientamos a importância da classe trabalhadora e de suas lutas, no que se refere à propugnação dos direitos sociais adquiridos por meio das legislações.

No Brasil, no entanto, a efetiva constituição de um código regulador da condição dos menores de idade deu-se somente em 1927. O Código de Menores teve como seus principais defensores o médico Moncorvo Filho, o jurista Mello Mattos e o advogado Evaristo de Moraes, considerados naquele momento como “vozes autorizadas” (Arend, 2007: 278). No código, delimitou-se a idade de 12 anos para iniciação ao trabalho e a proibição do trabalho noturno para os menores de 18 anos de idade. Devido à grande circulação de menores de idade, entendidos como “ociosos” nas ruas dos centros urbanos do país, o código prescrevia um papel para o Estado de “ressocializador” destes menores pobres, recolhendo-os a instituições governamentais diante da alegação de incapacidade de seus responsáveis lhes proverem o sustento. Assim, o Código basicamente buscou regular o menor considerado vadio e o menor trabalhador.

Este período de vida entre a infância e a adultez que culminou como base de um critério etário, foi delimitado por muito tempo como período que deveria ser de “irresponsabilidade provisória” (BOURDIEU, 1983), no qual os jovens deveriam sofrer a restrição da participação ocupacional, conjugal e política. Estes apontamentos referem-se muito mais ao poder exercido pelos adultos, que se apresentam como responsáveis, do que propriamente uma realidade concreta perceptível. Neste sentido, o mito da juventude como classe social, de ser uma experiência restrita apenas aos filhos das classes médias e altas fora bastante explorado. Este é o caso das “culturas de rebeldia” apresentada nos chamados “Anos dourados” na década de 1950, e nos “Anos Rebeldes” na década de 1960 (CARMO, 2003). Esta percepção tende a homogeneizar os jovens em suas práticas e comportamentos, não se trata de subestimar a influência cultural produzida por determinados grupos de jovens nas épocas em questão, mas de atentar para o fato de que a juventude, mesmo quando definida por um grupo de idade, não pode ser interpretada social e culturalmente em uma generalidade. Os jovens mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, as experiências urbanas, rurais e etc., não deixando com isso de experimentar a condição juvenil.

Nesta tensão entre análises que de um lado privilegiam a condição ou plano simbólico que as juventudes compõem-se em determinada época, e análises que de outro tomam apenas como preponderante a posição na estrutura socioeconômica, ou seja, situação, procuramos um entendimento que consubstancie ambas definições, buscando

iluminar o modo como tal condição é vivida a partir de diversos recortes referidos, tais como, classe, gênero, etnia, etc. Trata-se de entender em que situação os jovens vivem sua condição de jovens.

Assim, tomamos como referência o grupo de idade de 15 a 24 anos, pois vem se tornando convenção no Brasil. Este recorte etário é fruto da inferência de saberes, tais como, o Direito, a Medicina, a Pedagogia, a Psicologia, a Sociologia e as Estatísticas, que forneceram bases para a composição das delimitações etárias postas em prática nos Censos demográficos.

2. A produção das estatísticas e a possível produção da população

As divisões dos grupos de idade, utilizadas em análises e prognósticos demográficos pelas políticas públicas, que procuram definir a melhor forma de gestar a uma determinada população, têm seu surgimento no século XVIII. É a partir deste período, como nos aponta Rudé (1991), que o Ocidente europeu, principalmente, a França e a Inglaterra, conheceu a explosão das multidões. Houve um grande crescimento demográfico que pôs em xeque a política econômica liberal, sobretudo sua capacidade de coordenar e integrar a massa humana de insurgentes ao desenvolvimento do aparelho de produção. É nestes termos, de uma urgência de controle social e econômico, que a política burguesa passa a programar mecanismos de poder mais adequados e mais rigorosos, o que conseqüentemente faz sobrevir o que entendemos por “população” – com suas variáveis de números relativos à espacialidade e cronologia, à saúde e longevidade. Trata-se de uma preocupação com a vigilância no sentido de analisar, intervir e operacionalizar transformações voltadas para um conjunto de pessoas que compõe o todo social.

Esboça-se o projeto de uma tecnologia da população: estimativas demográficas, cálculo da pirâmide das idades, das diferentes esperanças de vida, das taxas de morbidade, estudo do papel que desempenham um em relação ao outro o crescimento das riquezas e da população, diversas incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e da formação profissional. Neste conjunto de problemas, o “corpo” – corpo dos indivíduos e corpo das populações – surge como portador de novas variáveis não mais simplesmente raros ou numerosos, submissos ou renitentes, ricos ou pobres, válidos ou inválidos, vigorosos ou fracos e sim mais ou menos utilizáveis, mais ou menos suscetíveis de investimentos rentáveis, tendo maior ou menor chance de sobrevivência, de morte ou de doença, sendo mais ou menos capazes de aprendizagem eficaz. Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição mas o aumento constante de sua utilidade (FOUCAULT, 2005: 198).

Inscreve-se a partir daí dispositivos de gestão da população, de produção do corpo do indivíduo, cuja finalidade será conduzi-lo à fase adulta, objetivando compor, não apenas o nascente setor industrial, mas também o exército e contingentes de povoamento nas colônias. Para Foucault (2003:118) esta “bio-política”, que tornou a população objeto de conhecimento, acontece numa estrita relação entre a valorização do corpo e da saúde e a consolidação da ascensão burguesa. A família, neste sentido, torna-se proeminente, a ela reserva-se a atribuição de inculcar a crença no valor social do trabalho e no progresso. Pois, é através de seu meio que se deve favorecer, por exemplo, a salubridade do corpo da criança. Este deve ter condições de sobrevivência e amadurecimento para tornar-se apto e servir aos propósitos institucionais. Em torno do ideário republicano e dos valores burgueses prescrevem-se discursos os quais delimitam que o lugar de convivência familiar deve ser límpido, arejado e constituído por leis morais essenciais que penetrem os corpos de seus entes, primando pela higienização e profilaxia. A política do saber médico objetiva organizar o complexo “família-filhos”, e desde então a família passa a ser o mecanismo que engendrará hábitos disciplinares comportamentais, necessários para a ordem econômica e a coesão social.

Na análise de Foucault as regularidades próprias das populações que compõem o território tornam-se conhecidas pelos governantes por meio das pesquisas demográficas e estas ao serem interpretadas nas estatísticas delimitam e direcionam políticas e práticas que procuram controlar o social. A célula, o micro, que permite de forma eficaz o entendimento do que se passa com a população, o macro, de uma determinada localidade é para Foucault, a família. Neste pequeno quadro, da família, que os governantes inferem no sentido de transformar as regularidades da população, produzindo novas regularidades. São as famílias que devem ser operacionalizadas no panorama demográfico. A demografia torna-se um instrumento e sua condição de ciência imbrica-se profundamente com o exercício de uma possibilidade de dominação política estatal.

A estatística revela e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doenças, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra igualmente que a população apresenta características próprias em seu conjunto e que estes fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias, expansões endêmicas, a espiral do trabalho e da riqueza. A estatística mostra igualmente que, por seus deslocamentos, por suas maneiras de fazer, por sua atividade a população tem seus efeitos econômicos específicos. A estatística, permitindo quantificar os

fenômenos próprios à população, revela uma especificidade irredutível ao pequeno quadro da família (FOUCAULT, Apud, SENRA, 2008: 36)

As estatísticas são interpretadas institucionalmente como forma de saber (tecnologia de distância) e como forma de poder (tecnologia de governo); ou seja, busca-se saber sobre uma determinada população a fim de executar o poder sobre a mesma. Através deste dispositivo de controle meios sociais distantes e ausentes da racionalização do Estado tornam-se próximos e mais presentes. Assim, podem ser pensados e, por conseguinte, governados (SENRA, 2010: 144-146).

Os censos demográficos contemporâneos pautam-se pelos seguintes critérios: respaldo legal; simultaneidade de todo o levantamento, com um tempo de referência pré-definido; referência territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território; e, enumeração individual de todas as pessoas. Embora o Brasil tenha conhecido levantamentos populacionais desde o século XVIII, apenas a partir de meados do século XIX começa a consolidar, no seio da burocracia imperial, a preocupação em levar adiante censos demográficos dentro dos parâmetros citados (BOTELHO, 2010: 266).

De acordo com Senra (2010: 154-155), o sistema estatístico brasileiro passou até o momento por quatro fases distintas. No primeiro período, referente ao Império, demarcado entre 1822 e 1889, os dados eram analisados nas províncias, e seus resultados eram chamados de corografias, misto relativo a história, geografia e estatística. Em geral, não havia um corpo institucional envolvido, eram contratados “especialistas”, os quais com acesso aos registros administrativos recolhiam as informações individuais fundadoras das estatísticas. Em um segundo momento, com o recorte entre 1889 e 1936, já no período da Primeira República, a aplicação da ferramenta estatística circunscreveu-se basicamente às esferas Estaduais, tendo em vista que os Estados procuravam autonomia política frente à União. Entretanto, a partir do Censo de 1920 instituiu-se a presença de delegados federais com a função de fiscalizar e enviar relatórios sistemáticos sobre tais atividades nos Estados.

No terceiro período de 1936 a 1972 é que, paulatinamente, acontece uma sistematização das funções do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), criado em 1934, mas, posto em funcionamento, de fato, em 1936. O IBGE como órgão de coordenação torna-se subordinado diretamente ao Presidente da República, e tem como atribuição racionalizar a informação produzida nos Estados, cria-se um sistema estatístico que deve abranger todas as esferas políticas (federal, estadual e municipal). O contexto de criação da instituição estatística dá-se em período de acirrado nacionalismo. A política implementada por Vargas visa à constituição de um abrangente civismo, que

deve ser capaz de inculcar na população o ideário de trabalhador produtivo e ordeiro. As “virtudes cívicas”, que deveriam “moldar” este cidadão, eram compostas pela postura de reverência ao Estado, à família e à Igreja. A educação aparece em disputa nos debates das políticas públicas como instituição capaz de produzir esta determinada população (CAMARGO, 2008: 375).

A quarta fase do IBGE, segundo periodização proposta por Senra (2009: 20), começa a partir de 1972, quando a instituição passa de centralizada com práticas descentralizadas, à centralizada com práticas centralizadas, é neste período que o processo de produção das estatísticas de uma formatação técnico-administrativa, cede lugar a uma produção fortemente técnico-científica, como é até os dias de hoje. Mas, já no ano de 1964, após o golpe militar que retira o Governo de João Goulart do poder, delineiam-se mudanças estruturais significativas buscando pensar o sistema estatístico nacional, com vistas a uma fixação objetivada dos dispositivos de controle, são estas: o estudo permanente da demanda de estatísticas e de como atendê-la; a avaliação permanente das estatísticas produzidas; e, elaboração de Programas Nacionais de Estatísticas baseados na demanda e executados sob a responsabilidade direta do órgão central do sistema. O IBGE torna-se, assim, extremamente centralizado, técnico e científico sob uma perspectiva antidemocrática do governo militar.

O que se procura ressaltar nesta breve reflexão acerca dos instrumentos de quantificação e conhecimento da população, especialmente no Brasil, é o fato de que quanto melhor e mais sofisticadas as ferramentas estatísticas de levantamentos demográficos, mais eficazes podem ser as estratégias de formatação e produção das políticas com vistas a atingir as pessoas que compõem esta população. Não significa que as ações serão positivadas. Portanto, os dados são fundamentais para a intervenção dos governantes na busca de produzir a população desejada. O que nos referimos diretamente diz respeito ao poder de gestão da instituição governamental sobre a população, e neste mesmo sentido sua competência estratégica de intervenção no tipo de população que deseja e/ou precisa produzir? A quais objetivos atende esta população possível? E nesta questão qual o peso fundamental das gerações mais jovens?

Considerações provisórias:

O Estado moderno ao buscar conhecer a totalidade de sua população afirma-se pelo reconhecimento do governo por parte dos governados. Na medida em que

complexificaram-se as sociedades com o desenvolvimento da industrialização, os métodos que possibilitavam reconhecer a totalidade demográfica de uma determinada sociedade também tornaram-se mais sofisticados. A estatística populacional passou a pautar elementos importantes na aplicação das políticas públicas que objetivavam gerir o social, tanto no sentido de prepará-lo, quanto nas formas de coação que experimentavam os indivíduos. Isto evidencia que os levantamentos estatísticos podem ser enquadrados como formas de saber e fontes de poder, que auxiliam no controle social e na manutenção de um equilíbrio que visa manter a ordem.

Dois eixos de problemas provocam a reflexão neste breve estudo. O primeiro é a institucionalização da vida, mais especificamente o período do ciclo de vida conhecido por juventude, fruto do processo de modernidade. O segundo, os instrumentos de conhecimento e produção das populações, instrumentos de saber-poder, que auxiliaram de sobremodo no processo de disciplinarização, servindo de tecnologia estratégica delineadora de uma determinada forma de agir e governar. É na confluência destes vetores que buscaremos interpretar no andamento da investigação aspectos relativos à situação e a condição das juventudes de um passado próximo, recortado no Brasil ditatorial entre 1964 e 1985. Por meio dos Censos populacionais de 1960, 1970 e 1980, torna-se possível problematizar os dados que podem ser relativos aos processos considerados constitutivos da vivência juvenil, tais como relação de dependência/independência da família de origem, situação matrimonial, condição de maternidade/paternidade e atividades nas quais suas vidas estariam centradas naquele momento, como trabalho e escola.

Este tipo de empreendimento delimitado por um caráter quantitativo oferece condições de transversalização de fontes qualitativas, é neste sentido, que em um segundo momento desta pesquisa pretendemos realizar, a partir da metodologia da história oral, entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos que vivenciaram a condição juvenil durante o período ditatorial brasileiro.

Bibliografia:

ABRAMO, Helena. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ____; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.. *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006.

AREND, Sílvia M. Fávero. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção (Florianópolis, 1930-1945). *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, v. 17, n. 1, p. 269-292, jan./jul., 2007.

ARIÉS, Philippe. *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. In: SENRA, Nelson; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (Orgs.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo: *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2003.

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude: ensaio sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

KEHL, Rita Maria. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Org.) *Juventude e Sociedade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

LEVI, Giovanni; SCHMITTI, Jean-Claude (Orgs.). *História dos Jovens*. São Paulo: CIA das Letras, 1996.

MACHADO, F. Q.. Por uma história da juventude brasileira. *Revista da UFG*, Goiás, v. 6, n. 1, jun., 2004. Disponível em www.proec.ufg.br, acesso 01 de março de 2011.

MOURA, Esmeralda B. B. de. Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n. 37, p. 85-102, set., 1999.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos, *Análise Social*, vol. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990,

RAGO, Margareth Luiza. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RUDÉ, Georges. *A multidão na História*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTANA, Márcio Santos de. *Projetos para as novas gerações: juventudes e relações de força na política brasileira (1926-1945)*, 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo.

SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

____; Informação estatística como forma de saber e fonte de poder, moldura teórica do 'Projeto História: 1822-2002' no IBGE. In: ____; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (Orgs.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SPOSITO, Marília. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação educativa, 2003.